

NOTAS SOBRE A DISCUSSÃO DA “QUESTÃO AGRÁRIA” NO CAPITALISMO NO CONTEXTO DO PENSAMENTO MARXISTA

Sérgio Braz Magaldi¹⁰
Everaldo Santos Melazzo¹¹

Resumo: Estas notas têm por objetivo identificar as origens teóricas e problematizar algumas das diferentes concepções sobre esta que é uma das questões que hoje se colocam como das mais relevantes na construção coletiva da sociedade brasileira (a questão agrária). São identificados alguns marcos definidores que encaminhem e organizem a análise. Nesse sentido, duas questões são ponto de partida neste debate: a compreensão de que a terra é um bem que em dado momento histórico e sob determinados objetivos e condições se transformou em uma mercadoria e, decorrente deste ponto, as concepções que daí se desdobram e procuram esboçar uma definição de questão agrária na perspectiva do pensamento marxista. Como base para o aprofundamento teórico são pontuados elementos e passagens presentes na história do debate acerca da questão agrária (ou do problema agrário), tentando “mapear” as origens e os rumos iniciais das principais polêmicas travadas em torno das análises sobre a lógica e a dinâmica dos processos econômicos e das relações sociais que impactam e transformam, de forma desigual no tempo e nos diferentes territórios, o que classicamente passou-se a chamar de meio rural, campo ou espaço agrário.

Palavras-chave: questão agrária; relações sociais de produção; capitalismo; bases teóricas; pensamento marxista.

Abstract: These notes intend to identify the theoretical origins and discuss some of the different conceptions concerning the agrarian problem – specially related to the brazilian economic-social formation. In this sense, two questions are taken as the entries in this debate: the understanding that land became in a certain moment and under certain historical and economic conditions, a market good; and as a

¹⁰ Professor do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. E-mail: smagaldi@prudente.unesp.br. Endereço para correspondência: Departamento de Geografia – FCT/UNESP. Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Pres. Prudente – SP. Tel. 18 2295375.

¹¹ Professor do Departamento de Planejamento da F.C.T./UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. E-mail: emelazzo@uol.com.br. Endereço para correspondência: Departamento de Geografia – FCT/UNESP. Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Pres. Prudente – SP. Tel. 18 2295395

consequence, the basis that lead the construction the definition of the agrarian problem in a marxist perspective. Some historical elements and passages related to the debate centered on the different analysis about the logic and the dynamics of the economic processes and the social relations that impact and change the rural environment or the so-called agrarian space are also pointed out.

Key-words: agrarian problem; productive and social relations; capitalism; theoretical basis; marxist thought and perspective.

O tema proposto nestas notas é amplo, admite várias abordagens, diferentes recortes espaciais e temporais e, dentre todos os temas da agenda pública (com maior ou menor intensidade ao longo do tempo), talvez seja aquele que mais envolva paixões, interesses políticos e econômicos e diferentes concepções sobre a construção coletiva da sociedade brasileira. E tais concepções são produzidas pelas ações e/ou omissões de múltiplos atores sociais que atuam em diferentes escalas da realidade: Estado e governos, proprietários e não proprietários, assalariados e outras diversas formas de relação de trabalho, movimentos sociais e organizações religiosas, sindicais e tantos outros.

Marcos definidores e elementos essenciais

Por isto mesmo é que são necessários alguns marcos definidores que encaminhem e organizem a análise. No nosso entender, duas questões são ponto de partida neste debate: a compreensão de que a terra é um bem que em dado momento histórico e sob determinados objetivos e condições se transformou em uma mercadoria e, decorrente deste ponto, uma concepção que procure esboçar uma definição de questão agrária.

Polanyi (2000), em seu livro "A grande transformação" trata de elucidar as diferentes ações postas em marcha para transformar os mecanismos econômicos da produção e da distribuição da riqueza socialmente gerada e os mercados no centro mesmo da organização da vida social realizados pelo modo de produção capitalista. Ou seja, uma economia de mercado capitalista somente poderia se expandir em uma sociedade capitalista de mercado. E para além das engrenagens técnicas e econômicas postas em marcha, as idas e vindas em torno do conteúdo de três elementos nos parecem essenciais: o trabalho, a moeda e a terra.

O trabalho porque, força motriz mas também condição mesma da existência humana, deveria se transformar na mercadoria força de trabalho; a moeda, como equivalente universal das trocas e cujo valor sempre havia sido comandado a partir do "valor"/poder do

"Príncipe", deveria se transformar em símbolo abstrato da riqueza e, por fim, a terra, base da vida cotidiana e centro da vida econômica até então (dada a primazia da produção rural, tal como afirmava corretamente a fisiocracia), deveria também se transformar em uma mercadoria e ser regulada pelo seu mercado específico, o mercado fundiário.

Em relação à terra, especificamente, podemos adiantar que não foram poucas as resistências e suaves as vozes que se contrapuseram à criação de um mercado, com compra e venda mediando o acesso a este bem, assim como os atos de diferentes governantes ingleses que tentaram inutilmente adiar, amenizar ou regular este mercado, dada sua impopularidade. De diferentes espectros políticos e ideológicos se ouviram vozes contrárias a este processo. Como exemplo, podemos citar o liberal Henry George, industrial americano do século XIX, que propugnou até sua morte a necessidade da nacionalização ou mesmo a coletivização de todas as terras, na medida em que se trataria de um bem de uso eminentemente coletivo.

Sintetizando, há que se recortar a discussão sobre a apropriação da terra (que em grande medida determina as relações de produção no campo), tomando-a como uma mercadoria não produzida pelas engrenagens econômicas, mas produzida socialmente como mercadoria pelas condições gerais de funcionamento do capitalismo, dentre elas a propriedade privada.

Para que se avance nesta discussão, é necessário resgatar inicialmente, como base para o aprofundamento teórico, elementos e passagens presentes na história do debate acerca da questão agrária (ou do problema agrário), tentando "mapear" as origens e os rumos iniciais das principais polêmicas travadas em torno das análises sobre a lógica e a dinâmica dos processos econômicos e das relações sociais que impactam e transformam, de forma desigual no tempo e nos diferentes territórios, o que classicamente passou-se a chamar de meio rural, campo ou espaço agrário.

Origem e desdobramentos da análise dos problemas agrários no contexto do pensamento marxista: a contribuição de Hegedus.

Apresentando e comentando as origens de algumas das formulações sobre a questão agrária presentes no interior dos círculos sociais/intelectuais influenciados pelo pensamento marxiano e marxista entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente sob a influência de autores de língua alemã – particularmente de Kautsky e do SPD, Hegedus (1984)¹² nos propõe a pensar sobre um dado conjunto de contribuições, identificando-as através daquilo que este autor chamará

¹² Hegedus, András. *A questão agrária*. In: E. J. Hobsbawn (org.), *História do Marxismo*, vol. 4 – o marxismo na época da Segunda Internacional. RJ: Paz e Terra, 1984, pp. 149-172.

de "dificuldade na formulação do problema", isto é, a dificuldade observada em "destacar" ou tomar à parte a "questão camponesa", sem necessariamente, subordiná-la às análises pautadas nas leis gerais que determinam e explicam as relações de propriedade e de produção na sociedade capitalista, às quais agiriam quase que com a força de leis naturais, conformando os processos de produção na agricultura de forma quase similar aos padrões e regras da produção industrial.

Esta "dificuldade" levará o autor a afirmar que, no marxismo, a análise e o debate sobre a questão agrária encontrará não só certa resistência, como levará a uma "duplicidade de formulação". Em parte se apresentará como "questão agrária em sentido estrito", e em parte como "questão camponesa". Neste sentido, a questão tem estado no centro de disputas teóricas acirradas, opondo teorias e tendências políticas. A mobilização suscitada em torno da questão é de tal monta, que o autor sugere que ela estaria no centro da própria história de formação de diferentes tendências políticas que têm como paradigma o pensamento marxista e os programas socialistas.

Todavia, mesmo tratada como questão camponesa, Hegedus deixa claro que a abordagem estaria ancorada à uma teoria explicativa da história que tem na noção de "transitoriedade da classe camponesa" um elemento central e determinante. Na realidade uma dupla transitoriedade caracterizaria o campesinato. Transitoriedade do ponto de vista histórico, já que os camponeses são resultado de formações econômico-sociais pretéritas (especificamente do feudalismo), mas que continuam a existir também no capitalismo; e, transitoriedade no sentido estrutural, já que constituir-se-iam numa classe de transição entre as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista. Assim, na investigação sobre a estrutura social e suas relações, a contribuição de uma parte das análises de filiação marxista estaria dedicada à compreensão das articulações internas do campesinato, visando com isto atender aos objetivos de: a) estabelecer as bases nas quais seriam construídas e mantidas as relações econômicas e políticas da classe operária (e/ou dos seus partidos) com o campesinato, e; b) no subsídio teórico e político que tais análises poderiam trazer para a formulação de programas agrários de partidos operários, socialistas ou social-democratas.

Discorrendo sobre a trajetória do pensamento e dos escritos marxianos diante da questão agrária e de suas estruturas sociais, Hegedus situa o jovem Marx (até aproximadamente 1848), como um "jornalista-filósofo indignado diante da carestia renana e tenaz em seu antiburocratismo", "resoluto defensor dos pequenos produtores do Mosella", não obstante já se pudesse observar uma certa ambivalência – considerada natural segundo o autor –, que contrapunha, de certo modo, um posicionamento "filocomponês" às reivindicações e propostas

comunistas, formuladas por ele e Engels no contexto da Primeira Internacional¹³.

O fracasso dos movimentos revolucionários de 1848, leva Marx a uma posição bastante crítica e negativa em relação aos camponeses. Passa então a dedicar-se mais intensamente àquilo que se passou a denominar de questão agrária "em sentido mais estrito", uma vez que a análise das particularidades dos movimentos e do desenvolvimento da agricultura tomarão parte de sua teoria econômica geral. Segundo Hegedus (1984, p.152):

(...) "No desdobramento sucessivo de sua teoria, encontramos duas concepções, em certa medida independentes uma da outra: a teoria da renda fundiária e a enunciação da lei de concentração do capital, que é considerada válida também para a agricultura". (grifo nosso)

Quanto à primeira, a teoria da renda fundiária marxiana permitiu uma série de desdobramentos, sugerindo o estudo de suas diferentes manifestações em função da grande diversidade de formas de propriedade, assim como de tipos de uso e condições de exploração por parte dos produtores do campo (estes também heterogêneos). Marx mesmo, dedicou-se no final de sua vida, à análise da variedade de condições e situações agrárias da Rússia, embora não tenha tido tempo de desenvolvê-las e sistematizá-las. Segundo Engels, a Rússia desempenharia para a teoria da renda fundiária, o mesmo papel que a análise da situação da Inglaterra desempenhara para o trabalho assalariado. Havia a tácita compreensão por parte de Marx e Engels, das grandes diferenças históricas, econômicas, culturais e territoriais existentes entre a situação das relações agrárias na Europa Ocidental e aquelas da Europa Oriental. Hegedus afirma que ambos mostraram-se propensos a reconhecer a "possibilidade de uma via de desenvolvimento diferente da ocidental, cuja essência consistia em evitar a fase capitalista". Marx demonstrou grande interesse na questão acerca do futuro do *myr* e de outras formas e estruturas de organização de tipo comunal na Europa Oriental diante do avanço do capitalismo. Segundo sua própria avaliação, referindo-se ao *myr*, a análise contida em *O Capital* não comportaria razões favoráveis tampouco contrárias à vitalidade da comuna rural e, de acordo com as pesquisas que realizou,

¹³ Hegedus faz referência a alguns elementos presentes no documento *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, que exercerá grande influência na elaboração de programas agrários socialistas posteriores. Nele, Marx deixa claro o objetivo de transformar as grandes propriedades agrícolas em propriedade estatal, onde deverá ser exercida uma agricultura em larga escala com ajuda dos meios mais modernos da ciência e gestão econômica racional, renunciando a qualquer proposta de (re)divisão da terra. Além disso, propõe que o Estado tome o lugar do grande proprietário como beneficiário dos tributos e da renda pagos pelos camponeses arrendatários. Op. cit., p. 151.

estava convencido que aquela estrutura comunitária era o ponto de apoio da regeneração social na Rússia¹⁴.

Por outro lado, quanto à concentração do capital, Hegedus (1984, p. 153) registra que:

"Um componente extremamente importante da teoria marxiana da sociedade é a determinação do processo de concentração do capital e a inserção deste processo no quadro de sua teoria do desenvolvimento, mesmo porque contribuiu para lançar as bases da crença na realidade da imagem do futuro proposta pelo socialismo". (...)

(...) "A confiança depositada na superioridade da produção em vasta escala e em seu necessário e posterior desenvolvimento é uma das pedras angulares da teoria político-econômica de Marx".

Neste sentido, o filósofo não duvidava que seriam inexoráveis, não apenas o domínio completo da agricultura da Europa Ocidental por relações tipicamente capitalistas, mas a prevalência do processo de concentração naquele meio.

É neste campo – o da dinâmica da concentração de capital na agricultura – que irão se observar as maiores disputas teóricas. Vale dizer também, que esta formulação passará a ser um elemento constitutivo importante daquilo que veio a ser denominado nos estudos agrários contemporâneos de *teorias da modernização*. Seus desdobramentos são particularmente importantes no âmbito das ciências econômicas, das quais o problema agrário (estrito ou camponês), é tributário.

Vale dizer que a análise das relações contraditórias entre concorrência, progresso técnico e concentração/centralização de capital mobilizaram intensamente os círculos acadêmicos e sociais marxistas desde o final do século XIX, constituindo-se num dos capítulos mais profícuos e importantes da contribuição dada pela produção intelectual de filiação marxista, uma vez que a força de seus argumentos impactaram fortemente os próprios paradigmas do pensamento clássico liberal, quer do ponto de vista do método, quer do ponto de vista político. Estes, só conseguem ainda hoje manter sua hegemonia, graças a um sofisticado figurino ideológico e a um arcabouço jurídico e institucional de dimensões mundiais e altamente instrumentalizado, que dão suporte aos seus fundamentos, métodos, teses, etc.

Até os primeiros anos do século XX, os vários congressos e documentos da primeira e da segunda Internacional, reforçaram uma atitude rígida – e mesmo contrária – em relação à economia e à

¹⁴ Esta passagem também é lembrada por J. de Souza Martins em seu livro "Os Camponeses e a Política no Brasil" (1981). Cabe ainda registrar que, ao reconhecer a diversidade sócio-territorial na Europa de seu tempo, Marx demonstra mais uma de suas qualidades intelectuais: uma sofisticada capacidade de pensar geograficamente.

sociedade camponesa. Kautsky é a figura mais emblemática desta 'linha dura' anticamponesa, mesmo reconhecendo em sua obra mais importante (Questão Agrária, 1899), que, na agricultura alemã e europeia ocidental, verificava-se não só a concentração e a integração, mas também a parcelarização da terra¹⁵. Desde então, uma série de novas investigações passa a questionar em bases científicas, um dos fundamentos mais importantes da "teoria agrária ortodoxa", qual seja: o da pauperização crescente e inexorável que leva à ruína e ao extermínio a pequena e a média propriedade camponesa. Rizzi (1985)¹⁶, destaca que a dificuldade dos socialistas europeus (inclusive russos) em enfrentar o "maldito problema" camponês, se devem não só às formulações de Engels, através de um posicionamento a favor da "neutralização" em relação ao campesinato, e é claro, de Kautsky e da cúpula do SPD, mas de uma desatenção dos socialistas para com o que ocorria no campo europeu neste período (fim do séc. XIX – início do séc. XX). O autor faz referência ao desconhecimento em relação a processos que se desenrolavam nos espaços agrários europeus da época, tais como: os processos de reestruturação capitalista, de diferenciação de classe, de desenvolvimento das reivindicações dos trabalhadores rurais e das lutas camponesas, entre outros. Neste sentido, dois autores considerados posteriormente revisionistas e "malditos", E. David e E. Bernstein, comprovaram e defenderam a tese, no interior do SPD, que dizia que as propriedades camponesas da Europa Ocidental, não só demonstravam capacidade de sobreviver, como de se tornarem mais produtivas – inclusive em relação às maiores.

Não obstante, a teoria ortodoxa prevaleceu. A influência de Lênin neste aspecto foi crucial. Além de alinhar-se totalmente ao lado das concepções de Kautsky quanto à questão agrária, no seu livro sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia procurou demonstrar que era somente pela via capitalista que poderia se dar o desenvolvimento das relações agrárias, mesmo considerando a enorme diversidade das formas de propriedade e organização da produção no campo russo.

Como podemos observar, este debate não é novo. Não só prossegue até hoje, como ganhou novas dimensões e desdobramentos, estando longe de ser equacionado¹⁷.

¹⁵ Não obstante Kautsky considerar este último, um processo apenas complementar ao da integração e concentração pelo capital, o que segundo a sua visão, não o desmentia, pelo contrário, reforçava a tese da incapacidade de sobrevivência da propriedade camponesa e das relações econômico-sociais que articulava e reproduzia, no seio de um capitalismo já amadurecido e de tendência monopolista.

¹⁶ Franco Rizzi. *A Internacional Comunista e a questão camponesa*. In: E. J. Hobsbawm. *História do Marxismo*, vol. 6 – o marxismo na época da terceira internacional. RJ: Paz e Terra, 1985, pp. 219-47.

¹⁷ Seria o caso de nos perguntarmos se realmente faz sentido propugnar por um equacionamento ou 'solução' para a questão. A disputa teórica, a polêmica, a defesa de posições com base em fundamentos e dados de natureza científica, fazem parte da essência do espírito crítico. Todavia, do ponto de vista político, o ônus deste embate têm sido grande para todas as forças sociais que desejam e lutam por mudanças e

Uma perspectiva multidimensional, multiescalar e sintética da análise.

A partir deste primeiro ponto, podemos compreender os elementos subjacentes do que vem a ser a "questão agrária" que deve extrapolar o estudo das questões do campo, ou seja, ela compreende um conjunto de situações relativas ao como se produz e como se distribui a produção em um espaço social e geográfico denominado campo, não a partir de si mesmo, mas a partir das relações criadas e comandadas pelo processo capitalista de produção do excedente.

Envolve, assim, questões relativas à estrutura da propriedade, às funções econômicas, sociais e políticas que desempenha, sua importância no abastecimento e/ou na articulação com a produção urbana e outros setores econômicos, as relações de poder que dali emanam e, não menos importante, a luta permanente que desde a transformação da terra em mercadoria vem sendo travada por diferentes movimentos sociais, sob diferentes bandeiras, formatos de organização, com capacidade mais amplas ou mais restritas de alianças com outros setores, enfim, as resistências à mercantilização completa da vida cotidiana.

Não custa reiterar que a produção teórica e acadêmica sobre cada um destes temas é imensa e variada. Já se fez referência acima às já clássicas contribuições de Lênin e Kautsky. Porém, será Rosa de Luxemburgo, com seu "A acumulação de capital" de 1913, que permitirá que se visualize com mais clareza que, se o modo de produção capitalista em seu permanente processo de expansão necessita conquistar novos mercados, novos setores econômicos e novas regiões à sua lógica e, que se esta expansão muitas vezes recria condições aparentemente antagônicas ao próprio capital (como é o caso, por exemplo, do trabalho escravo), também no campo este processo pode ser visualizado através da recriação permanente do trabalho camponês: criado e recriado, expulso e articulado segundo interesses historicamente determinados. Explica-se, assim, a presença e a permanência da pequena propriedade camponesa de base familiar, que ora se expande, ora parece desaparecer, ora se coloca como atrasada, ora se organiza e reivindica na luta a desmercantilização da terra.

Desdobramentos da (re)leitura clássica: as abordagens da modernização da estrutura produtiva da agricultura

Uma boa parte da produção científica que procurou tratar das tensões e contradições entre a dinâmica das relações de produção e a do desenvolvimento das forças produtivas, manteve-se fiel aos

transformações na ordem econômica e jurídica do capitalismo. Neste sentido, cabe também perguntar se seriam válidas as tentativas de síntese ou refundição das teses e abordagens, tendo em vista especificamente, a dimensão tática no processo de confronto político, ideológico e institucional com os representantes das forças hegemônicas e classes dominantes.

princípios e fundamentos que centravam as explicações sobre o progresso técnico (processos de mudança na base técnica) e os processos de concentração/centralização, como as molas propulsoras dos novos arranjos e configurações do campo sob o capitalismo. Dai surgirem inúmeras análises sobre como tem-se processado nos diferentes territórios, o uso e o emprego dos meios, as novas relações e articulações de mercado, as dinâmicas de crescimento, o aprofundamento da divisão e da especialização do trabalho, a incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos, etc. Isto é, os referenciais utilizados para as análises da acumulação e da reprodução capitalista ampliada do capital são aqueles baseados fundamentalmente no paradigma da indústria.

Neste contexto, chama a atenção as análises voltadas à interpretação dos processos de articulação e unificação entre os diferentes segmentos do capital, para com isso demonstrar como a agricultura acaba se submetendo, cada vez mais, às expressões e formas hegemônicas contemporâneas do capital.

Não obstante, esta abordagem tem sido permeada com contribuições e sustentada por filiações teórico-metodológicas externas ao materialismo dialético e/ou às suas derivações historicistas e estruturalistas. O que ocorre muitas vezes, é que o instrumental analítico que passa a ser utilizado, mantém somente de forma muito mediada e indireta, vínculos com o método e a matriz teórica que o motivou e mobilizou a análise.

Tomemos por exemplo, uma noção que tem sido cara nas análises sobre a agricultura capitalista: a de Complexo Agroindustrial. São duas as concepções que estão na sua origem: uma vertente schumpeteriana, e uma vertente que deriva da análise sistêmica. A mais antiga, a sistêmica, tem sido utilizada para ressaltar a integração técnica entre os setores e atividades. Uma visão que ressalta a funcionalidade dos mecanismos de integração. É uma abordagem que privilegia o (re)ordenamento da matriz insumo-produto. Procura radiografar o sistema num dado momento e os parâmetros utilizados não mudam, isto é, independentemente do ramo ou segmento estudado, o "esqueleto" sobre o qual se dão as atividades e os mecanismos de integração são os mesmos. Nos estudos agrários, tal abordagem tem sido a base para aquilo que denominamos de geografia (ou economia espacial) dos produtos agropecuários. Proliferam-se estudos de caso pautados por esta vertente de análise do Complexo Agroindustrial.

A vertente schumpeteriana por sua vez, está ligada à idéia de que o processo de desenvolvimento é um processo dinâmico, que pressupõe o desequilíbrio mas que evolui tendencialmente à estabilização, isto é, também não estão presentes, pelo menos diretamente, as referências aos conflitos e contradições no interior dos processos de articulação e integração. Privilegia a noção de fluxos, portanto é menos estática que a anterior, e dá enorme peso às inovações tecnológicas introduzidas de forma induzida ou espontânea

indução que constituem o complexo. Além disso, ressalta os processos de integração vertical, portanto, mantem um certo compromisso com o princípio da concentração/centralização do capital. Como se baseia nos fluxos, movimentos e faz referência aos processos de concentração/centralização e unificação de capitais, é mais sofisticada que a vertente sistêmica, sendo mais difícil, neste caso, delimitar os limites de um dado complexo do ponto de vista funcional e territorial. Do ponto de vista dos estudos agrários, tal vertente tem servido como balizamento para as investigações sobre setores e empresas que constroem e consolidam poder de controle sobre determinados mercados agropecuários. Os estudos que resultam da utilização desta vertente seriam aqueles que poder-se-iam identificar como parte de uma geografia econômica das empresas e mercados.

Recortes sobre a questão agrária e reforma agrária no Brasil na ótica do pensamento marxista

No Brasil, país que ainda não conheceu um verdadeiro processo de reforma agrária, a produção acadêmica também é farta, diversificada e polêmica. Desde os trabalhos seminiais de Alberto Passos Guimarães (Quatro séculos de latifúndio), passando por Caio Prado Jr. e chegando à José de Souza Martins, José Graziano de Souza, Ricardo Abramovay, Ariovaldo Umbelino de Souza e Bernardo Mançano Fernandes, para citarmos apenas alguns, a questão agrária é discutida e interpretada de diferentes maneiras. Mesmo que apresentem como traço comum a crítica à concentração extremada da propriedade fundiária (1% dos proprietários detém aproximadamente 50% das terras agriculturáveis, segundo o IBGE), que reconheçam o rápido processo de modernização do campo a partir dos anos 60/70, com traços nitidamente conservadores e excludentes e que todos argumentem a favor de uma reforma agrária, existem vários pontos de divergência, dentre eles a questão da reforma agrária.

De maneira ainda que muito sintética, poderíamos identificar duas grandes visões sobre a questão. De um lado aqueles que vêm a Reforma agrária como política pública necessária para minimizar a pobreza no campo e na cidade e, como questão de justiça social, deve privilegiar determinados setores ligados ao lumpesinato e pequenos camponeses semiproletários (José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay). A questão central colocada neste argumento diz respeito à aceitação de um modelo de penetração do capitalismo no campo que não deixaria margens mais ao pequeno agricultor camponês, dedicado à produção de subsistência e com pequenos excedentes ao mercado. Identificando-os como atrasados, trabalham na perspectiva de uma agricultura familiar forte e capitalizada, para onde deveriam ser direcionados os maiores esforços governamentais.

De outro lado, alinham-se aqueles que defendem uma reforma agrária voltada para uma redefinição das relações sociais no campo que, através da orientação para um modelo que privilegiasse os pequenos e médios proprietários, provocasse alterações mais profundas sobre o como se produz e o como se distribui a produção gerada (Ariovaldo de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes). A ampla redefinição do próprio conceito de reforma agrária seria ponto fundamental nesta estratégia, na medida em que somente a mudança do modelo de propriedade poderia interferir diretamente na lógica da produção da exclusão social. Os movimentos sociais e em particular aqueles que lutam pela terra, cumpriram um papel fundamental neste modelo.

Tais posições encontram-se articuladas, obviamente a diferentes concepções de mundo e a distintos projetos políticos em construção. Enquanto a primeira direciona seus esforços para um certo fatalismo na desapareição do trabalho camponês, que seriam ou deveriam ser nada mais nada menos do que pobres assistidos, a segunda reafirma sua recriação incessante pelo encontro de forças políticas sociais antagônicas, sendo que a luta pela terra não só criaria maiores patamares de cidadania, mas também recriaria permanentemente este ator social, denominado camponês.

Como pode ser percebido, a luta é ao mesmo tempo real e simbólica. É a luta pela terra e a luta pela identidade de quem luta pela terra. E esta não é menos concreta que a primeira. Afinal, como nos ensina Pierre Bourdieu (1989) o poder simbólico é o poder de constituir a realidade, fazendo-se ver e fazendo-se crer, de transformar a visão de mundo e, conseqüentemente a ação sobre ele.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HEGEDUS, A. A questão agrária. In: E. J. HOBBSAWN (Org.), **História do Marxismo**, vol. 4 – o marxismo na época da Segunda Internacional. RJ: Paz e Terra, 1984.
- KAUTSKI, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

POLANY, K. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIZZI, F. A Internacional Comunista e a questão camponesa. In: E. J. HOBBSAWN (Org.). **História do Marxismo**, vol. 6 – o marxismo na época da terceira internacional. RJ: Paz e Terra, 1985.

SILVA, J.G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.